Contas públicas Presidente Lula tem barrado medidas que colocam arcabouço fiscal em risco, defendem membros da cúpula

Governo discute vetar reajuste que eleva salário acima do teto

Renan Truffi, Sofia Aguiar, Beatriz Roscoe e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Integrantes da cúpula do governo federal afirmam que a tendência é que o projeto de lei que reajusta os salários de servidores do Legislativo acima do teto constitucional seja vetado, embora o assunto ainda não tenha sido debatido formalmente entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os ministros. Eventuais sinais enviados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito do assunto também pesarão na avaliação do governo. A medida terá impacto primário de R$ 790 milhões para a União neste ano, segundo a Lei Orçamentária Anual (LOA). Já os deputados federais discutem ir além e aumentar também a verba dos gabinetes, como forma de acomodar o aumento salarial dos secretários parlamentares.

O reajuste dos salários dos servidores foi aprovado na terça-feira (3) pelos parlamentares, permitindo o pagamento de vencimentos acima do teto constitucional de R$ 46.366,19. O texto vai agora à sanção presidencial de Lula, que precisará decidir se veta ou não a medida. Integrantes da cúpula do governo passaram a dizer, nos bastidores, que a tendência é que o projeto seja vetado pelo Executivo. A razão, dizem as fontes, é que Lula estabeleceu como regra barrar todo tipo de medida que é "extrateto" e que coloca em risco o arcabouço fiscal.

O governo Lula também nega a versão de parlamentares de que foi consultado pelo Congresso Nacional ou que participou de qualquer costura política para a aprovação do projeto. A contestação a respeito do reajuste dos servidores foi feita pela Secretaria de Relações Institucionais (SRI), liderada pela ministra Gleisi Hoffmann (PT-PR), que diz que nem sequer foi informada previamente da votação na Câmara dos Deputados, onde o projeto foi gestado.

CRISTIANO MARIZ/ARQUIVO O GLOBO

Gleisi Hoffmann: contestação a respeito do reajuste dos servidores

A SRI se posicionou sobre o assunto, nesta quarta-feira (4), ao ser questionada pelo **Valor** se o governo federal endossa o aumento significativo na remuneração dos servidores, chancelado tanto pela Câmara quanto pelo Senado. Diante da pergunta, a pasta informou que não.

Apesar da predisposição ao veto, o assunto ainda não foi discutido entre o presidente e seus ministros, o que deve acontecer apenas depois de o Palácio do Planalto ser formalmente notificado da decisão do Congresso Nacional. Até lá, governo deve avaliar também os sinais a serem emitidos pelo TCU, cujos posicionamentos têm influenciado diretamente o Executivo.

> Sinais enviados pelo TCU também devem ser avaliados pelo governo na decisão sobre veto a reajuste de servidores

No Senado Federal, a matéria foi colocada para votação pelo presidente Davi Alcolumbre (União-AP) como um item fora da pauta inicial e horas após ter sido aprovada pelos deputados.

O movimento atendeu a uma demanda dos servidores do Congresso de obterem reajustes e modernização de carreira após o Legislativo aprovar, no ano passado, reestruturações para carreiras do Judiciário e do TCU.

O projeto reorganiza as gratificações pagas aos servidores e institui licença compensatória para servidores no exercício de determinadas funções.

A proposta institui gratificação de desempenho sobre o vencimento básico dos cargos ocupados por servidores. O mínimo é 40% e o máximo é de 100%. De acordo com o texto, as despesas extras com os reajustes serão bancadas com recursos já previstos no orçamento da Casa, sem necessidade de crédito adicional.

Já o aumento das verbas de gabinete dos parlamentares deve ser feito por meio de um Ato da Mesa Diretora da Câmara, apurou o **Valor**. Como parte desse movimento, outras ações podem ser apresentadas em seguida, como um auxílio saúde para esses cargos — mais um benefício fora do teto.

O que se discute no Congresso Nacional é um aumento entre 15% e 26% da cota que cada deputado tem para pagar salários de até 25 secretários parlamentares que trabalham para o mandato em Brasília ou nos Estados. Atualmente, cada deputado federal tem R$ 133.170,54 por mês e a ideia é que este valor seja ampliado. A discussão é se o aumento será para cerca de R$ 152 mil ou se será maior, podendo chegar a R$ 168 mil.

Técnicos da Câmara dos Deputados ouvidos pela reportagem afirmam que o reajuste salarial dos secretários parlamentares pressiona a cota das verbas de gabinete e por isso os líderes partidários da Casa concordaram em ampliar os gastos.

Ainda na terça-feira, os parlamentares aprovaram reajustes a servidores do Executivo e a criação de 16 mil vagas em instituições federais de ensino e postos transversais do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, além de um Instituto Federal em Patos (PB). O ministério estima o impacto fiscal em R$ 5,3 bilhões para este ano. Patos, de 103 mil habitantes, é o município da base eleitoral do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Subsecretária é favorita para lugar de Mello

Guilherme Pimenta e Giordanna Neves
De Brasília

Subsecretária de Política Fiscal do Ministério da Fazenda, Débora Freire é a favorita para assumir a Secretaria de Política Econômica (SPE) da pasta caso o atual secretário Guilherme Mello seja indicado para a diretoria do Banco Central, apurou o **Valor**.

Ela também tem a simpatia do secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, que é o mais cotado para assumir a Fazenda com a saída do titular, Fernando Haddad. A intenção de Durigan é não fazer grandes mudanças de rota na pasta e promover a postos-chave pessoas que estiveram com ele ao longo desses anos.

Servidora pública federal, Débora Freire Cardoso é professora-adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ela é especialista em política fiscal e desigualdades, modelos econômicos de simulação e análise de impacto de políticas públicas.

WASHINGTON COSTA/MF

Débora Freire: estudos sobre impacto da política fiscal na economia

Na pasta desde 2023, Freire é responsável por conduzir estudos sobre o impacto da política fiscal na economia. Ao lado de Raquel Nadal, a outra subsecretária da SPE, Nadal integra o quadro que faz as apresentações trimestrais de previsões econômicas da Fazenda.

No último ano, Freire conduziu um estudo na SPE sobre os impactos econômicos da lei que isenta de Imposto de Renda (IR) pessoas físicas que ganham até R$ 5 mil ao mês, em vigor desde o início neste ano.

A SPE, por sua vez, é a responsável por fazer estudos econômicos e também calcular as perspectivas para o crescimento econômico do país, bem como o comportamento da inflação. A cada dois meses, no Boletim Macrofiscal, por exemplo, estabelece os indicadores que servem de base para a execução orçamentária do governo federal, bem como para a formulação do Orçamento anual.

A secretaria também participa da elaboração de políticas públicas, como as medidas implantadas no ano passado para combater os efeitos econômicos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre as exportações brasileiras.

Haddad confirmou esta semana que sugeriu o nome de Mello para o Banco Central ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Caso Mello seja realmente indicado ao BC e aprovado pelo Senado, seu mandato no órgão se estenderia até o fim de 2029.

O próximo Boletim Macrofiscal será divulgado nesta sexta-feira (6).

Matérias-primas subiram 1,95% em janeiro, diz BC

Mariana Andrade
De Brasília

O preço das matérias-primas com influência sobre a inflação apresentou alta de 1,95% em janeiro na comparação com dezembro. No último mês do ano passado, a alta havia sido de 4,30%, de acordo com o Índice de Commodities Brasil (IC-Br) do Banco Central.

Em 12 meses terminados em janeiro, o indicador teve queda de 8,77%, conforme divulgado pela autoridade monetária.

O IC-Br é construído com base nos preços das commodities agrícolas, metálicas e energéticas convertidos para reais. Em dólares, a variação foi positiva em 4,10% em janeiro. Considerando os 12 meses, houve alta de 2,91%.

Entre os três subgrupos que compõem o IC-Br, o de commodities agropecuárias (carne de boi, carne de porco, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, arroz, café, suco de laranja e cacau) mostrou queda de 0,79% em janeiro e queda de 16,85% em 12 meses.

Já o preço das commodities metálicas (alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata) subiu 14,65% no mês passado ante dezembro e fechou 12 meses com alta de 42,07%.

As commodities energéticas (petróleo Brent, gás natural e carvão), por sua vez, tiveram queda de 4,02% em janeiro. Em 12 meses, houve queda de 22,91%.

Comércio em PAUTA

CNC SESC SENAC 80 anos

Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

CNC RESSALTA IMPORTÂNCIA DA RATIFICAÇÃO DO ACORDO MERCOSUL–UNIÃO EUROPEIA

Com a assinatura do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia concluída no âmbito internacional, as atenções agora se voltam para as etapas internas necessárias à sua incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro, que envolvem o encaminhamento do tratado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional e sua posterior apreciação pelo Parlamento.

Pela legislação brasileira, todo acordo internacional assinado pelo Poder Executivo precisa ser aprovado pelo Congresso para que produza efeitos legais internos e seja incorporado ao ordenamento jurídico nacional. Nesse sentido, a CNC destaca a importância do encaminhamento oportuno do tratado ao Congresso Nacional, de forma a viabilizar sua análise técnica no âmbito do calendário legislativo.

Negociado ao longo de 26 anos, o acordo integra dois dos maiores mercados do mundo, reunindo mais de 700 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) combinado superior a US$ 20 trilhões. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), uma apoiadora histórica dessa iniciativa, acompanhará a tramitação no Parlamento brasileiro.

Para o presidente do Sistema CNC Sesc Senac, José Roberto Tadros, o avanço do acordo no Congresso representa um passo decisivo para o fortalecimento do setor produtivo nacional. "A ratificação deste tratado pelo Parlamento é fundamental para que o Brasil possa usufruir plenamente de um acordo que promove integração internacional, previsibilidade regulatória e expansão de oportunidades para o comércio de bens, serviços e turismo", afirmou. "Trata se de uma agenda moderna, alinhada aos desafios do crescimento sustentável e da inserção competitiva do País no cenário global."

shutterstock

PRÊMIO SESC DE LITERATURA RECEBE INSCRIÇÕES DE AUTORES ESTREANTES

O ano de 2025 foi de bons resultados para o mercado livreiro brasileiro, que registrou um crescimento de 7,75% em volume de vendas. Foram cerca de 60 milhões de exemplares vendidos, segundo dados do 13º Painel do Varejo de Livros do Brasil.

Quem sonha em ver sua obra publicada, aproveitando o cenário promissor, pode se inscrever no Prêmio Sesc de Literatura 2026. Voltado a escritores estreantes, o concurso recebe originais inéditos nas categorias Romance, Conto e Poesia.

Os vencedores têm os livros publicados pela Editora Senac Rio e recebem uma premiação em dinheiro no valor de R$ 30 mil. Lançado em 2003, o Prêmio Sesc de Literatura já recebeu cerca de 24 mil obras e revelou 43 novos autores.

Interessados podem se inscrever gratuitamente até 2 de março pelo site www.sesc.com.br/premiosesc.

SENAC ANTECIPA FUTURO DO TURISMO E DEBATE OS NOVOS PERFIS PROFISSIONAIS DO SETOR

O setor de turismo está se reinventando diante de mudanças tecnológicas, novos hábitos de consumo e demandas por experiências cada vez mais personalizadas. É neste cenário que o Departamento Nacional do Senac promove mais uma edição do Fórum Setorial, iniciativa que aposta na escuta qualificada de especialistas e empresários para orientar sobre os rumos da educação profissional no Brasil.

A edição deste ano reúne profissionais de todas as regiões do País com o objetivo de antecipar tendências e desenhar os perfis que deverão ganhar protagonismo no mercado nos próximos anos. A proposta é alinhar a formação oferecida pelo Senac às transformações econômicas, sociais e tecnológicas que já impactam o setor, intensificando a empregabilidade e a inovação.

O debate, que vem sendo realizado desde o mês passado e segue em fevereiro, se apoia na Metodologia Senac de Escuta de Mercado, adotada desde 2014, que estrutura o diálogo permanente com o setor produtivo e busca identificar, de forma antecipada, as necessidades reais de qualificação.

Ao integrar experiências regionais e tendências globais, o Fórum Setorial reforça o papel do Senac como parceiro do setor produtivo e referência nacional na formação de profissionais para um mercado em constante transformação.

shutterstock

Proposta é intensificar empregabilidade e inovação

CNC · SESC · SENAC
Sistema Comércio
Seu negócio é o nosso negócio.
portaldoconercio.org.br